



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , de 2014
(Do Sr. Sérgio Brito)

Requer realização de Reunião de Audiência Pública para discutir as denúncias de consumidores de que a atuação e o efeito dos medicamentos genéricos estão aquém aos dos medicamentos oriundos de laboratórios tradicionais.

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o plenário, e em resposta às denúncias de consumidores e de médicos, seja realizada reunião de audiência pública para discutir os efeitos, a fiscalização e o controle de qualidade dos medicamentos genéricos e similares no país. Para tal, sugerimos convidar as seguintes autoridades:

- 1) Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- 2) Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Proteste;
- 3) Presidente Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos - Pró-Genérico ou da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – Alanac; e
- 4) Representante da Associação Médica Brasileira
- 5) Representante do Hospital Israelita Albert Einstein

JUSTIFICAÇÃO

As frequentes denúncias de profissionais de saúde e de consumidores de que a eficácia do medicamento genérico é limitada nos causou grande preocupação.

Alguns desses profissionais, inclusive médicos do Sistema Único de Saúde e de hospitais que tratam doenças graves como câncer e pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva, relatam que tiveram de substituir os genéricos no meio do tratamento por não terem os efeitos esperados para os princípios ativos.

Considerando o fato de os genéricos terem preços muitas vezes inferiores aos medicamentos de marca, alguns convênios impedem ou dificultam o fornecimento de medicamentos de marca. A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS - informou que não existe regulamentação na lei 9.656/98, que trata dos planos e seguros privados de assistência à saúde, mas afirmou à imprensa que os convênios devem seguir todas as instruções do médico. “Não se pode em momento algum violar uma receita médica. Quem o fizer, deveria ser processado”.

No entanto, não é isso que relatam os profissionais de saúde que atendem nos hospitais conveniados.

A Proteste realizou pesquisa com médicos e consumidores e demonstrou que os profissionais de saúde ainda têm dúvidas sobre eficácia dos medicamentos genéricos. Segundo a pesquisa, “uma boa parte dos médicos demonstrou discordância em relação à ideia de que os genéricos são tão eficazes (30%) e em de terem a mesma segurança (23%) que os remédios de referência. Quase metade (42%) também revelou não ter o hábito de prescrevê-los.”

Entendemos, baseados no perigo iminente à saúde e mesmo à vida dos consumidores de remédios caso as denúncias procedam, que há necessidade de se discutir o assunto, ouvindo as principais empresas e autoridades envolvidas para avaliar se há de fato tal problema e tomar as providências legislativas cabíveis, bem como cobrar dos entes envolvidos a solução da demanda.

Portanto, busco apoio dos meus pares para realização do evento visando esclarecer os parlamentares sobre o tema.

Sala da Comissão, em de março de 2014.

Deputado **Sérgio Brito**
Presidente